



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PENSANDO A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

DALVANICE SANTANA RIBEIRO

ORIENTADORA: SANDRA MARY GONÇALVES PRAZERES

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

DALVANICE SANTANA RIBEIRO

A ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PENSANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Sandra Mary Gonçalves Prazeres

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

DALVANICE SANTANA RIBEIRO

A ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PENSANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

SANDRA MARY GONÇALVES PRAZERES (Orientadora)

RUTE NOGUEIRA DE MORAIS BICALHO (Examinadora)

DALVANICE SANTANA RIBEIRO (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

A minha mãe Ana (in memoria) que me acolheu, e sempre chorou comigo nos momentos
tristes de minha vida.

A todas as pessoas que assim como eu sentiram ser exclusas por algum motivo,
saibam que quando lutamos podemos reverter esse jogo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois nada seria sem a fé que tenho nele.

À toda a minha família em especial, meus filhos Marcos Vinicius e Matheus Henrique pela paciência que tiveram nos momentos da minha ausência por conta do curso.

Ao meu companheiro Delson, pela compreensão.

Aos meus amigos e colegas, especialmente minha amiga irmã Eva Cristina, pois nos apoiamos uns aos outros nos momentos em que pensávamos em desistir.

À Marlene pelos lanches deliciosos nos momentos de estudo.

À minha orientadora Sandra Mary que soube compreender a essência da minha escrita vivenciando meu lado emotivo.

À tutora à distância Silvia Urmila, que nos motivou a não deixar a peteca cair sempre nos animando “vamos que vamos”.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

RESUMO

A educação inclusiva conquista cada vez mais espaço na sociedade, mostrando a necessidade de mudança no contexto escolar, para que a verdadeira inclusão aconteça. Desse modo, o maior desafio é o que fazer de imediato, para que a inclusão de pessoas com deficiência seja eficaz nas instituições escolares tanto para estes alunos, como para os profissionais que não estão preparados para conviver com essa situação. Esse trabalho traz como objetivo analisar a atuação dos professores mediante as propostas de inclusão de alunos com deficiência em uma escola de ensino fundamental no Município de Carinhanha – Bahia (BA). A investigação de abordagem qualitativa utilizou a pesquisa de campo e os procedimentos de observação e entrevista semiestruturada para a coleta de dados, que foram analisados a partir do embasamento teórico de alguns autores, dentre eles Freire, Romanowski, Kelman, Maciel. Os resultados da investigação nos mostraram as dificuldades encontradas pelos professores em lidarem com a questão da inclusão em sala de aula de ensino regular, bem como a insatisfação dos mesmos por não terem uma formação adequada que contemple a realidade dos alunos com deficiência. E apontaram que a preparação destes docentes é, dentre outros, um requisito chave para o processo da inclusão educacional.

Palavras-Chave: alunos com deficiência, educação inclusiva, atuação e formação docente.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1. A política de educação inclusiva	13
2.2. A importância da formação dos educadores	16
2.3. O educador e a comunidade escolar	19
2.4. Dificuldades no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência	21
3 OBJETIVOS	23
3.1 Objetivo geral	23
3.2 Objetivos específicos	23
4 METODOLOGIA	24
4.1 Fundamentação teórica	24
4.2 Contexto da pesquisa e participantes	25
4.3 Procedimentos de construção de dados	26
4.4 Procedimentos de análise de dados	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
5.1 Atendimento especializado	28
5.2 Necessidades educacionais especiais: estrutura física, materiais didáticos e organização curricular.	30
5.3 Formação para subsidiar a prática pedagógica com alunos deficientes	32

5.4 Inclusão como desafio.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	40
ANEXOS	42

1 APRESENTAÇÃO

A primeira vez em que ouvi alguém falar de inclusão me identifiquei com o tema, pois desde criança me sentia excluída, como o patinho feio da família. Somos doze irmãos e destes apenas um é homem, as onze restantes são mulheres. Estas irmãs, todas mais altas que eu, sempre gozaram de mais saúde, e por conta de alguns problemas físicos eu fui perdendo minha autoestima, me sentindo inferior, fui me isolando, e acabei tendo umas crises depressivas.

Sou filha de lavradores. Morávamos em casa de enchimento, tendo contato direto com o transmissor da doença de Chagas, o Barbeiro. Por consequência dessa moradia, tenho chagas no coração. Minha mãe contava que desde pequena eu era muito debilitada; algumas vezes chegaram a encomendar a funerária para mim. Além disso, eu tinha um extravio nos olhos, eles eram vesgos. Eu tinha muita vergonha, me sentia vulnerável, feia, diferente das outras irmãs.

O tempo foi passando e mesmo assim eu não conseguia ser feliz. Namorava às escondidas e acabei engravidando. Meus pais eram arcaicos, me expulsaram de casa e eu tive de trabalhar como doméstica e morar com os patrões para ter abrigo. Esse período foi muito difícil. Além de não conviver com minhas irmãs, a solidão e a insegurança me deixavam cada vez mais fragilizada. Era época de estágio, eu estava finalizando o antigo magistério e tive de ralar muito para não abandonar os estudos.

Acredito que nessa época eu adquiri uma depressão pós-parto. Por não ter conhecimento da doença não procuramos médicos especialistas. A tristeza se apossou de mim, a insegurança, as dúvidas, o nervosismo, a ansiedade ganharam destaques em minha vida. Meu pai, tentando solucionar o problema, internou-me em uma clínica psiquiátrica, isso apenas contribuiu para eu ter certeza de que realmente era diferente.

Isolei-me da sociedade, do mundo, da vida. Eu era totalmente dependente de meus pais, vivendo assim por uns três anos. Foi quando, assistindo a uma palestra na televisão, percebi que eu poderia reverter a situação.

Retornei aos estudos e graduei-me em Pedagogia. Tive disciplinas referentes à inclusão. Apaixonei-me e tenho uma grande vontade de auxiliar as pessoas para que elas não sofram como eu sofri.

Assim, acredito que as experiências que trago é a minha própria vivência. A inquietação e temores, teremos sempre. Cada caso é especial e para cada caso há um

diagnóstico, uma nova estratégia ou uma metodologia diferente. Precisamos estar sempre estudando novas maneiras de enfrentarmos esse desafio.

As conquistas, sinto que as estou alcançando. A cada leitura dos textos, acesso aos fóruns, participação das discussões com os colegas, tenho dado uma palavra de conforto para muitas pessoas, ajudando pais a conviverem com seus filhos. Assim como eu também tenho mudado minha visão a respeito de inclusão e exclusão. Hoje sou confiante, decidida. Ainda tenho alguns receios, mas busco sempre estar no meio de pessoas que levantam meu astral, e tenho certeza de que ao finalizar o presente curso estarei apta a trabalhar o processo de inclusão com mais autonomia.

Assim, foi por meio de tais vivências que adentrei a pesquisa sobre a educação inclusiva, na qual se pretende alcançar os objetivos aderidos aqui.

Muitas são as dificuldades encontradas e questionadas no quadro educacional. Essas dificuldades muitas vezes incidem sobre queixas de alunos, dos pais, dos professores, que vão desde as estruturas físicas, socioeconômicas, capacitações e recursos didáticos pedagógicos, adequação ao currículo escolar. Assim considerando, o aluno com deficiência também enfrenta mazelas no campo educacional: possui dificuldades de locomoção, compreensão e acompanhamento do conteúdo transmitido em aula, bem como, outros empecilhos que tornam a sua interação mais complexa.

Distintas pesquisas foram feitas a respeito da educação inclusiva. Em busca de apresentar caminhos para que a educação inclusiva aconteça, implantaram-se novas políticas públicas e algumas leis foram criadas, reavaliadas, ampliadas e/ou regulamentadas. Dentre elas destacamos: a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e a nível internacional a Declaração de Salamanca, realizada em 7 e 10 de junho de 1994, em Salamanca, na Espanha. E mesmo assim, ainda se discute a melhor forma de implementar a inclusão no sistema básico de educação, sendo esta necessária em todos os espaços nos quais estamos inseridos.

As pessoas com deficiência vêm conquistando cada vez mais espaço na sociedade. Obviamente, há muito ainda a ser feito em relação a leis, às escolas e ao próprio currículo escolar para que a verdadeira inclusão aconteça, principalmente quando pensamos no contexto da educação.

Desse modo, questiona-se o que se pode fazer de imediato, para que a inclusão de pessoas com deficiência seja eficaz nas instituições escolares tanto para estes alunos, como para os profissionais que ainda não estão preparados para conviver com essa situação?

Dos vários impasses para se chegar ao reconhecimento da inclusão, o que se tornou marco histórico foi a Declaração de Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, em evento realizado pela UNESCO na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, tendo como ponto constitucional: “Todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem”.

De lá para cá, muitas transformações, adaptações e intervenções foram feitas para se aderir aos pressupostos legais, entretanto, a legislação não está sendo realizada por completa. A inclusão ainda é vista como um projeto em desenvolvimento que necessita ser revisto e aperfeiçoado.

Sabe-se que para se ter uma educação inclusiva de qualidade, todos os segmentos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem são peças importante no processo de desenvolvimento do aluno, não dependendo apenas do professor. Precisa-se também do apoio da família e de toda a comunidade escolar na qual a criança convive. De fato, muitos professores ainda se assustam com a chegada de pessoas com deficiências em sala de aula, e veem as crianças como obstáculos ao seu trabalho pedagógico. Isso porque a eles não foi dada nenhuma capacitação para lidarem com essa situação. Durante seu processo de formação tiveram somente noções teóricas, sem a vivência de situações concretas que lhes subsidiasse na prática em sala de aula.

Por outro lado, aos estudantes com deficiência não são oferecidos materiais pedagógicos distintos, atendimentos especializados em salas de recursos, ou qualquer outra forma de acessibilidade para o melhor desempenho desses alunos. Sendo assim, a maneira encontrada por alguns professores para realizar sua função educativa é o uso de adequação dos conteúdos para atenderem à necessidade individual dos educandos com necessidades educacionais especiais.

A inclusão é imprescindível na vida das pessoas de um modo geral. Esta vem avançando de forma rápida nas instituições, visando à estabilidade de uma educação de qualidade para todos. Assim é inevitável não buscar novos recursos, fontes que auxiliem os envolvidos a construir métodos para melhorar a qualidade de inserção das pessoas com deficiência no meio social e cultural, sem que haja uma contradição de fatos.

Assim, este trabalho busca levantar hipóteses que possivelmente contribuirão com a melhoria da educação inclusiva, pela análise de distintos fatores que giram em torno dos objetivos da proposta investigativa, tendo, por embasamento, estudos de outros teóricos que subsidiaram a pesquisadora a fim de contemplar suas questões de pesquisa.

Dessa forma, propõe-se um caminho que possibilite a investigação das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência incluídas no sistema formal de ensino, vendo que estas possuem os mesmos direitos de cidadão e estes não lhes são oferecidos por completo. E tendo como foco de pesquisa a formação docente e suas implicações no cenário da educação inclusiva.

Portanto, o desígnio desta investigação será de grande relevância para a comunidade estudada, pois esta pesquisa pretende analisar a importância da formação de professores para a educação inclusiva em uma escola do Município de Carinhanha – BA, avaliando-se a atuação dos profissionais dessa instituição quanto à política de inclusão e sua efetividade, averiguando se a formação docente está sendo eficaz para a aprendizagem do discente em situação de deficiência.

Para tanto, foram realizados procedimentos da pesquisa qualitativa, do tipo descritiva. Este trabalho utilizou a pesquisa de campo como fonte para construção dos dados.

Assim, espera-se que, ao final da pesquisa, obtenhamos contribuições acerca da relação da formação docente e da aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, na busca de uma possível solução para a verdadeira inclusão dessas pessoas no cenário escolar.

Face ao exposto, o primeiro capítulo aponta, a partir dos referenciais teóricos, um breve histórico sobre a política de educação inclusiva, a importância da formação dos educadores, a relação do educador com a comunidade escolar, e por fim, as dificuldades do processo de aprendizagem no panorama da educação inclusiva.

No segundo capítulo, os objetivos da pesquisa são explicitados a fim de elucidar os propósitos da investigação.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia dessa pesquisa de abordagem qualitativa, possibilitando a apreensão dos caminhos construídos para a investigação dos objetivos estabelecidos, tendo como fonte de pesquisa uma escola municipal, visto que se trata de uma escola que atende um bom número de alunos com necessidades educacionais especiais.

No quarto capítulo os resultados são apresentados em conjunto com a discussão teórica, a partir da construção das categorias de análise dos dados coletados.

Nas considerações finais, são apontadas as possíveis contribuições acerca da formação de professores e sua relação com a atuação docente na educação inclusiva.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A política de educação inclusiva

A política de inclusão é uma das políticas mais encantadoras e necessárias para os dias atuais, no entanto, não consigo vê-la nas instituições em Carinhanha - BA, tanto na instituição escolar como também em instituições sociais. A inclusão não trata apenas da inserção do aluno na escola ou em um grupo socioeducativo simplesmente para cumprir a lei, ou as normas de um programa, para fazer de conta que está ali, incluso.

Inclusão é trazer esse aluno para a realidade na qual está inserido, é fazer o mesmo sentir que a sua presença é notada, e ser envolvido da mesma forma que os outros alunos em sala de aula. Não falo apenas pelas pessoas com deficiências, pois é comum vermos crianças largadas no cantinho da sala, com tarefas diferentes dos demais colegas e os professores rotulando-as de algum tipo de deficiência que os próprios professores diagnosticaram mesmo sem ter noção da sua especificidade. A meu ver a exclusão já acontece no exato momento em que não há um envolvimento dessas pessoas com necessidades especiais com os demais colegas e com professor. Na verdade estes alunos foram deixados naquele espaço, não fazendo parte do contexto educativo no qual estão inseridos.

Neste sentido, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, afirma que:

O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Nota-se constantemente que a inserção dessas crianças é vista como um dever, como um direito, uma obrigação, um fardo, uma impossibilidade, onde muitos se incomodam com a situação. No entanto, não sabem como solucionar tal problema. Pensa-se na ideia de locais acessíveis, estruturados e profissionais especializados/capacitados para recepcioná-los, mas sabe-se que não se consegue isso de imediato, e as pessoas com deficiência já estão fazendo parte das instituições independentemente de ter ou não estruturas para elas.

Diversos estudiosos buscam formas de explicar a inclusão e a exclusão dessas pessoas no âmbito escolar. Kelman (2010), por exemplo, em seu texto “Sociedade, educação e cultura”, tece considerações acerca de abordagens teóricas que tratam do assunto, são elas: maturação biológica, que defende a ideia de que o conhecimento vem antes da experiência, “sendo fruto de estruturas que estão no sujeito” (p. 15); teoria ambientalista ou comportamentalista, em que a aprendizagem é igual ao desenvolvimento, o sujeito é visto apenas como um mero receptor das influências externas; abordagem do construtivismo, em que o conhecimento nasce da interação entre o organismo humano e o ambiente; e abordagem histórico-cultural, segundo a qual o “cultural supõe o biológico, ao mesmo tempo em que o transforma” (p. 17), e que encontra em Vigotski o seu principal expoente.

Na abordagem histórico-cultural de Vigotski, o ser humano desenvolve seus conhecimentos de acordo com sua herança cultural e biológica, sua aprendizagem é contínua e de acordo com o meio em que está inserido. Isso nos confirma os processos do desenvolvimento humano, tendo em vista que o ser humano não pode ser analisado como um ser passivo, mas um ser ativo capaz de interagir no processo de construção de sua aprendizagem (KELMAN, 2010).

Ao estabelecer a Lei Genética Geral do Desenvolvimento Cultural, Vigotski (1994, apud KELMAN, 2010) demonstra que o indivíduo é capaz de desfrutar de todos os contextos sociais para construção da sua subjetividade, assim ele é transformado pelo contexto como também o modifica influenciado por seu aprendizado, pela cultura, cognição e emoção.

Não estamos habituados a lidar com pessoas que apresentam um desenvolvimento diferenciado, entretanto, como sujeitos do conhecimento, devemos compreender estas pessoas, independentemente de suas diferenças, pois estas são sujeitos de direitos e deveres, respeitando as diferenças e não as inferiorizando.

Em consonância com Kelman (2010), creio que cada indivíduo aprende no seu tempo. Sabendo que todos os fatores sociais influenciam no processo de desenvolvimento do ser humano, a escola e a família são fatores fundamentais para a transformação dos indivíduos. Cientes de que somos seres sociais, é chegada a hora de rever nossos conceitos, vencer paradigmas que excluem as pessoas com deficiência, viver sem estigmas.

Mendes aborda no artigo *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*, da Revista Brasileira de Educação (2006), um debate sobre a inclusão escolar no país, o qual, de acordo com a autora, está se transformando cada vez mais em um embate, relatando que:

As mazelas da educação especial brasileira, entretanto, não se limitam à falta de acesso. Os poucos alunos que têm tido acesso não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos. Além da predominância de serviços que envolvem, desnecessariamente, a segregação escolar, há evidências que indicam um descaso do poder público, uma tendência de privatização (considerando que a maioria das matrículas está concentrada na rede privada, mais especificamente em instituições filantrópicas) e uma lenta evolução no crescimento da oferta de matrículas, em comparação com a demanda existente (MENDES, 2006, p. 59).

A autora sustenta em seu estudo que as raízes históricas da emergência do caloroso debate acerca da inclusão escolar em nosso país são frutos de mais uma adoção do modismo importado, e, especificamente, mais uma influência da cultura norte-americana, que tem demarcado até mesmo a forma que o movimento está assumindo no Brasil.

Para tanto, a autora contextualiza as raízes históricas da inclusão escolar no Brasil e examina os possíveis impactos das perspectivas da inclusão escolar total na realidade brasileira. Com intuito de fomentar a discussão, ela traz uma abordagem sobre o princípio da normalização, o qual foi amplamente difundido, segundo a autora, na América do Norte e Europa.

O princípio tinha como pressuposto básico as ideias de que toda pessoa com deficiência teria o direito inalienável de experienciar um padrão de vida que seria comum ou normal em sua cultura, e que a todos, indistintamente, deveriam ser fornecidas oportunidades iguais de participação em todas as mesmas atividades partilhadas por grupo de idades equivalentes. O princípio da normalização era um princípio filosófico de valor estabelecido que todas as pessoas, a despeito de suas inabilidades, deveriam ser tratadas, antes de tudo, como seres humanos plenos.

O artigo traz abordagens interessantes e bastantes ricas em relação à questão da inclusão escolar, sendo um trabalho que nos remete à reflexão e contribui para o entendimento de aspectos desconhecidos que são relevantes para melhor compreender o que ocorre no processo de inclusão escolar das pessoas com necessidades especiais em nosso país e para que possamos também nos incumbir de contribuir com a efetivação da inclusão.

Portanto, a inclusão é um processo que requer tempo, exigindo aproximação do educador com o educando e toda comunidade escolar, envolvendo todos os partícipes desse contexto educativo.

Dessa forma, todos, e não apenas os professores necessitam ter a consciência de que a inclusão não é apenas proporcionar o acesso, matriculando o aluno na escola e esquecê-lo em um cantinho qualquer. Incluir requer a busca de novos métodos que satisfaçam a necessidade educacional real, não apenas de uma criança, mas de todas que estão presentes na sala de aula.

Não é uma tarefa fácil, por isso não podemos esperar que a inclusão aconteça da noite para o dia, ou em uma data determinada. É um processo contínuo em andamento que precisa ser analisado com um olhar diferente a todo o momento.

2.2 A importância da formação dos educadores

Romanowski (2007, p.115), aponta que:

A educação como prática social implica na formação dos profissionais como uma área de interesse social. Considerar esses indicativos propicia a realização de discussões, pesquisas, propostas, eventos, publicações e regulamentações em torno do tema “Formação de Professores”.

Com base nos estudos realizados, fora visto que para implementação da educação inclusiva é preciso que haja grandes mudanças no sistema educacional, desde a gestão escolar, organização do trabalho pedagógico, adequações curriculares e a formação continuada de professores. Nesse sentido, a escola inclusiva deverá promover capacitação em serviço a todos os profissionais, mas em especial ao professor com interesse em atuar na Educação Especial, a fim de que adquira competências e habilidades profissionais, além de dispor de qualidades pessoais e perfil diferenciado para o exercício nessa área.

A sociedade vem de forma enviesada aderindo ao processo de inclusão de pessoas com deficiência nos contextos sociais. Dentre esses podemos destacar o das escolas regulares de ensino, pois a legislação garante que essas pessoas tenham o direito à educação como todas as outras pessoas. Entretanto, faz-se necessário primeiro instrumentalizar os mediadores, para que estes tenham, no mínimo, uma noção de como acolher a pessoa em situação de deficiência em sala de aula, assim como elaborar estratégias de como aplicar as atividades condizentes com a habilidade e com o processo de desenvolvimento educacional do aluno com necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, relata em seu Artigo 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

E ainda, lembramos que, em seu Artigo 59, ressalta a importância da formação de professores especializados para atuação com pessoas com necessidades educacionais especiais, em quaisquer modalidades de ensino:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração [leia-se, inclusão] desses educandos nas classes comuns.

Na maioria das vezes a equipe pedagógica da instituição escolar não possui formação para lidar com a educação inclusiva, necessitando que os profissionais sejam qualificados e busquem recursos para atender as suas demandas. Além disso, espera-se que tenham amor e compromisso, procurando incluir os alunos com deficiência, a partir de um planejamento ético-didático-pedagógico que atenda à necessidade de todos, não classificando esses alunos em melhores ou piores, respeitando-se a diversidade.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu artigo 18, § 2º, diz que:

São considerados *professores especializados em educação especial* aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Partindo dos pressupostos sobre a formação dos professores, é necessário criar novas alternativas e práticas pedagógicas, favorecendo todos os alunos, capacitando os professores, realizando propostas de ensino inclusivo, criando meios para que a escola se modernize.

Assim, teremos um amanhã diferente para todas as pessoas com ou sem deficiência, uma escola justa e igualitária, sem distinção. Contudo, percebe-se que o professor, por mais

que lute, não consegue sozinho trabalhar a prática de inclusão, necessitando da participação de todos para construir uma sociedade inclusiva, por meio da colaboração da equipe escolar, da família e dos grupos sociais. Desse modo, poderá adequar suas práticas pedagógicas, oferecendo uma educação inclusiva de melhor qualidade.

Mônica Pereira dos Santos, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), esclarece que:

Os cursos que são hoje oferecidos para capacitação dos docentes são de curta duração, à distância e com enfoque funcional. Ou seja, não integram uma reeducação mais ampla da rede de ensino que ambicione eliminar a segregação. Não basta o treinamento técnico, pragmático, que muitas vezes se dá por repetição. A inclusão não é uma questão puramente técnica, mais moral, ética e de direitos humanos (SANTOS, 2013, p. 59).

Podemos perceber que os cursos de formação, as capacitações ou especializações que são oferecidos para os professores, na maioria das vezes, acontecem de última hora, sem um planejamento específico, em ambientes desconfortáveis. Os poucos cursos que são oferecidos ocorrem em turno oposto ao do trabalho desses profissionais.

Dessa forma, mesmo o professor tendo o bom senso ou interesse em participar dessas capacitações, elas não atendem ao que foi almejado, considerando-se a sobrecarga exaustiva para dar conta de exercer sua função normal, e ainda ter que se dedicar a horas de aulas teóricas onde se exigem muitas leituras, que quase não se articulam com sua prática ou demanda de formação. Assim sendo, ao final usufruem de um diploma, o qual não lhes dá segurança para lidar com o processo de inclusão educacional ou social.

Aquino (1998, p. 54) traz uma visão a respeito do tema, ressaltando que:

Tomar como ponto de partida o conhecimento que o educador já tem para ajudá-lo na construção de novos conhecimentos é também uma maneira de sermos coerentes com as práticas progressistas que se pretende implantar na sala de aula. Em outras palavras, se pretendemos que os professores valorizem, respeitem e ampliem o conhecimento que as crianças já possuem (ao ingressarem na escola ou no aprendizado de quaisquer conteúdos), que formem indivíduos confiantes, críticos, autônomos e reflexivos, que estabeleçam uma relação democrática com as crianças, que atendam que o erro é uma hipótese de conhecimento e, portanto um caminho necessário para aprender etc., devemos fazer o mesmo em relação ao processo de aprendizagem do professor.

Excelentes colocações as de Aquino, uma vez que observamos as dificuldades encontradas pelos professores a respeito da falta de rendimento ou proveito esperado nas capacitações, as quais são oferecidas em ambientes ou horários inoportunos, e desconsideram os saberes docentes, bem como, as expectativas desses profissionais em relação ao programa de formação.

Por fim, aos professores incumbe aprimorar essa aprendizagem, de forma que atenda à necessidade de cada um, contando também com o processo de reflexão de suas práticas, travadas através de suas lutas diárias em sala de aula, buscando-se formas que venham facilitar a aprendizagem das crianças, por vezes, dando-se um jeitinho, improvisando, muitas vezes por não saberem como lidar com a situação, levando-os a cometerem equívocos na tentativa de serem assertivos.

Nesse sentido, Romanowski (2007, p.138) aponta que:

Os professores reivindicam formação contínua e melhores condições de trabalho. É necessário pensar e propor sistematicamente ações para promover o desenvolvimento pessoal e profissional. Para o sucesso de uma formação continuada, é importante a realização de diagnóstico das necessidades formativas dos professores, ou seja, um dos princípios dos programas de formação de professores consiste em fornecer respostas para as necessidades de desenvolvimento profissional indicadas por eles.

Dessa forma, seria viável unir o saber com a prática que o professor já possui, para que este apresente segurança em sua profissão e que se faz necessária essa análise das reais dificuldades encontradas pelos docentes, para que essa seja a ponte entre o saber e a formação continuada.

2.3 O educador e a comunidade escolar

A inclusão vai muito além da sala de aula, não dependendo apenas do educador, ou dos segmentos que compõem a escola, sendo necessário que estes tenham total apoio dos governantes, secretários de Educação, dos pais e de todos os envolvidos com a comunidade escolar.

Trata-se de um processo coletivo, lento, construído aos poucos, no qual cada seguimento auxilia o outro de acordo com a sua experiência, conhecimentos adquiridos, contando sempre com um trabalho em rede.

Considerando-se essa construção conjunta, revela-se o novo olhar para a educação inclusiva, a partir do surgimento de novas exigências, dentre as quais destacamos as leis de acessibilidade e mudanças no currículo escolar, um novo modelo de educação que abrange a diversidade e não a grupos distintos de pessoas. Mas todos, sem distinção.

Para tanto é primordial que os educadores também renovem sua visão acerca da educação inclusiva, passando a ressignificar suas concepções sobre a aprendizagem, sobre a potencialidade de alunos com necessidades especiais, estimulando-os a terem autodeterminação, a superar seus medos, a sentirem seu real valor. Desse modo, o professor precisa ouvir e valorizar cada avanço destes, sem preconceitos, aproveitando toda a força de vontade que estes alunos possuem dentro de si, bem como todo o conhecimento adquirido antes mesmo de fazerem parte da sala de aula, ou seja, a maneira que esses sujeitos encontraram para sobreviver até ali.

Dessa forma, torna-se necessária uma nova ótica dos educadores, pela qual estes revejam conceitos pedagógicos, buscando sempre embasar-se em uma metodologia que satisfaça a necessidade dos alunos com necessidades educacionais especiais, desenvolvendo atividades condizentes com o currículo escolar.

É de suma importância que o educador seja flexível para acolher esses alunos, inovando todos os dias, tendo uma prática adequada, bem como uma formação especializada.

Desse modo, é imprescindível que os educadores obtenham todo o amparo necessário, contando com o apoio da escola, da família e da comunidade para que a inclusão de fato aconteça.

Objetivamente, o educador além de especializado, necessita ter perfil de solidariedade, demonstrar afetividade e facilidade em lidar com o outro de acordo com suas limitações. Eis aí o real motivo de muitos educadores não se habilitarem a exercer atividades na educação inclusiva, pois nem todos se sentem preparados para tanto.

A escola em contrapartida oferecerá o suporte físico e humano, com materiais didáticos e pedagógicos adaptados e acessíveis, inovando a programação curricular, oferecendo também cursos de capacitação ou formação para que os educadores estejam mais confiantes em sua jornada.

Conclui-se que, por mais que o educador seja o principal mediador para o aprendizado desses alunos, sozinho não conseguirá ter êxito, precisando da rede de apoio de todos os envolvidos e comprometidos com a educação inclusiva.

Pacheco (2007, p. 115) adverte:

A classe inclusiva precisa ser pré-planejada. Aspectos importantes são a formação de relacionamentos, um ambiente afetuoso e generoso, a igualdade, a possibilidade de apoio permanente e altas expectativas em relação a necessidades múltiplas. As estratégias valorizadas são o trabalho em equipe de professores e alunos, a aprendizagem cooperativa, a intensificação das relações sociais, as adaptações de equipamentos e a gestão curricular.

Portanto, para se construir uma escola inclusiva de direitos e oportunidades iguais para todos, depende-se da colaboração de todos, entre eles, alunos, professores, pais, comunidade local, e ainda da gestão escolar, das políticas públicas e sociais, nas quais serão montadas estratégias em parceria com todos os seguimentos para que haja, de fato, a democrática inclusão para todos, pois somos seres de direitos e deveres iguais; entretanto, somos diversos de saberes, prazeres e necessidades. Assim, temos que descobrir uma maneira para termos uma sociedade justa e igualitária.

2.4 Dificuldades no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência.

Constantes são as buscas na tentativa de se alcançar mudanças que inovem as políticas de educação especial, levando as escolas a reavaliarem suas práticas de ensino, adequando os seus conteúdos curriculares, com o intuito de atender às demandas que contemplem o espaço de uma educação inclusiva.

Falar do termo dificuldade de ensino e aprendizagem é bastante complexo, pois este não se limita a um ponto X. A dificuldade de aprendizagem acontece desde a má formação do professor, falta de estruturas das escolas, dificuldade de locomoção das crianças com deficiência física, falta de materiais didático/pedagógicos, aceitação dos pais, não sendo, portanto, restrito a um determinado público, compreendendo crianças que possuem ou não alguma deficiência.

Nesse estudo tenta-se desvendar algumas dificuldades encontradas pelo professor e pelo aluno em situação de deficiência mediante a política de inclusão escolar.

Para tanto, é preciso fazer uma sondagem dos motivos que levam uma criança a ter dificuldades de aprendizagem, entendendo a multiplicidade de fatores que podem estar gerando o fenômeno. A partir disso, buscar conhecer quais suas habilidades compensatórias e

seu limite de aprendizagem, considerando-se que cada deficiência tem sua especificidade tornando o aprendizado mais lento ou mais acelerado.

Publicações como livros, revistas, jornais, sites entre outros, informam-nos que crianças com deficiências em determinadas áreas, entre eles Sistemas Nervoso Periférico e Sistema Nervoso Central, possuem maiores dificuldades em absorver conteúdos de aprendizagem. Assim, o professor deverá encontrar estratégias que supram essa carência, renovando suas práticas pedagógicas, metodologias, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada criança.

Vale lembrar que o mundo vem apresentando muitas mudanças em todas as áreas, não seria diferente na educação. No âmbito da alfabetização, exemplarmente, existem metodologias sistematizadas para ensinar uma criança com deficiência. E assim, quando se pensa que já houve todas as descobertas, surge mais uma proposta inovadora.

Nota-se que o trabalho do professor é considerado um fator essencial para que aconteça o processo de aprendizagem, entretanto há várias dificuldades encontradas pelo caminho até que essa aprendizagem ocorra, nem sempre dependendo da ação docente ou da deficiência dessas crianças, mais de todo o contexto educacional.

Considerando o exposto, a função do professor é a de auxiliar essa aprendizagem, como partícipe de um contexto onde todos aprendem, inclusive ele. Contudo sua atuação dependerá de sua formação, do seu afeto, da sua compreensão e capacidade de amar o próximo independentemente de quão diferente ele seja. Para tanto, deve proceder à organização do trabalho pedagógico, contando com um planejamento diferenciado, materiais pedagógicos lúdicos, acessíveis e estimulantes, a fim de que estas estratégias façam a interação entre o conteúdo a ser conhecido e o aluno, despertando o interesse deste nos momentos de aprendizagem.

Torna-se necessário criar um ambiente de aprendizagem agradável e acolhedor, atendendo às necessidades individuais de cada aluno, cabendo ao professor ser flexível e criativo, realizando um trabalho diversificado e colaborativo, com adaptações ajustadas para este fim.

Assim, com todo o apoio dado ao professor e com as condições do ambiente escolar sendo favoráveis a estas crianças possa ser que se amenizem as dificuldades de aprendizagem, analisando-se a forma mais viável de transmitir conhecimentos para os nossos alunos especiais, sobretudo, sabendo-se esperar o tempo de aquisição de cada um.

Conclui-se, que o professor, visando à superação das dificuldades na apropriação de conhecimentos, além de contar com o apoio de toda a instituição escolar, dos colegas de trabalho, efetivando atividades em grupo, possa aperfeiçoar e rever seus conceitos e concepções acerca da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Trata-se de uma tarefa árdua, sem receitas ou respostas prontas, mas possível, a partir da postura profissional assertiva, valorizando cada movimento que os alunos tenham na busca de conhecimentos ou de aprendizagem alcançada, sabendo-se que aquela sementinha que foi plantada e regada com todo o cuidado, poderá florir e dar frutos como todas as outras, pois não há nada que não possa ser superado com afeto, dedicação e competência.

3 OBJETIVOS

Ultimamente, os profissionais da educação têm convivido diariamente com o dilema referente a sua forma de ação, uma vez que deles é cobrada a formação educacional dos futuros cidadãos do nosso país. Com isso, o fato de os alunos com deficiências frequentarem os mesmos contextos educacionais requer do docente uma ação focada no aluno e não nos chamados conteúdos curriculares, ou seja, em sua capacidade crítica e reflexiva.

Diante disso, questionamos se os educadores estão preparados para trabalhar a inclusão escolar de alunos com deficiência em uma escola do Município de Carinhanha - BA?

Nesta perspectiva, a pesquisa elenca os objetivos abaixo relacionados.

3.1 Objetivo geral

Analisar a atuação e a formação dos professores mediante as propostas de inclusão de alunos com deficiência em uma escola de ensino fundamental no Município de Carinhanha - BA.

3.2 Objetivos específicos

- Compreender a política de inclusão e sua efetividade em uma na escola municipal de ensino fundamental;

- Refletir se os processos de ensino e de aprendizagem estão sendo eficazes para a construção de conhecimentos de alunos com deficiência na referida escola.

- Avaliar aspectos sobre a formação docente e suas implicações no cenário da educação inclusiva.

4 METODOLOGIA

4.1 Fundamentação teórica

Esta pesquisa tem como aporte a abordagem qualitativa, que se caracteriza como descritiva em função dos objetivos propostos na investigação do tema. Essa abordagem oferece um campo enriquecedor de pesquisa, através do qual se poderá ter acesso há uma diversidade de fontes de informação que o profissional possa explorar, construindo o processo de análise para a compreensão da realidade.

Percebe-se que a pesquisa da atuação profissional promove o conhecimento da prática, pois ao mesmo tempo em que o futuro profissional compreende a docência, é possível desenvolver habilidades e ações investigativas.

Como afirma Freire (1996, p. 29), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”.

A pesquisa em educação possibilita um rico conhecimento que abre caminhos para uma nova prática, na busca constante de saberes, de se autoavaliar, questionar, indagar e aprimorar sua atuação, num processo de ação-reflexão-ação.

Desse modo, procurou-se desenvolver a pesquisa explorando-se fontes que permitam acesso a informações, dados e ações que contribuam para ampliar a compreensão de conhecimentos adquiridos por meio da realização da investigação, com uso de procedimentos e técnicas para a coleta de dados e análise à luz de contribuições de autores da área, estudiosos que buscam conhecimentos e novas práticas constantes sobre o referido tema, obtendo-se assim maior domínio do conteúdo.

Goldenberg (2003, p. 94) diz que: “deve-se analisar comparativamente as diferentes respostas, as ideias novas que aparecem, o que confirma e o que rejeita as hipóteses iniciais, o que estes dados levam a pensar de maneira mais ampla”.

Nessa perspectiva, a análise não se realizou de uma só vez, e sim aos poucos, a cada procedimento realizado, a cada entrevista, a cada visita e observação, tendo-se o cuidado na transcrição e análise do material coletado, pois caso contrário o pesquisador pode embaraçar a qualidade do trabalho.

Portanto, a pesquisa é um processo indispensável para contribuir com a prática docente em uma jornada contínua de inovação, de intervenção, de autoformação e de contribuição no desenvolvimento de cidadãos críticos e questionadores.

4.2 Contexto da pesquisa e participantes

A pesquisa fora realizada em uma Escola Municipalizada do Ensino Fundamental II, na cidade de Carinhanha (BA), pela qual se procurou analisar a formação de professores para a educação inclusiva. Buscou-se compreender a política de inclusão e sua efetividade na instituição, refletindo se os processos de ensino e de aprendizagem estão sendo eficazes para a construção dos conhecimentos de alunos com deficiência na referida escola.

A escola selecionada é um estabelecimento de porte médio que atende aproximadamente um total de 341 alunos. Segundo informações da instituição, entre esses alunos alguns possuem deficiência auditiva, deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem. Alguns alunos são moradores do bairro no qual está localizada a escola, dentre estes, se encontram os alunos com deficiência, e a maioria vêm da zona rural próxima à sede.

Segundo informações fornecidas pela secretaria da escola, os alunos que frequentam a instituição possuem um perfil de baixa renda, tendo suas famílias atividades informais: alguns são pescadores, pedreiros, agricultores familiares e domésticos. Muitos destes alunos já trabalham para ajudar nas despesas de casa, dificultando a aprendizagem, uma vez que quando vão à escola estão cansados.

A estrutura física da escola é composta por dez salas de aulas, que não possuem carteiras escolares suficientes para o número de alunos e mobiliários adequados; sala da diretoria; uma sala de secretaria; espaço para biblioteca que ainda está desativada por não possuir livros; cantina pequena sem estrutura para atender as necessidades da escola; um

laboratório de informática sem funcionamento por falta de instrutor e manutenção; banheiros femininos e masculinos. Há também na área externa da escola um espaço no qual se trabalha com o projeto horta escolar; e um auditório. No que se refere aos recursos humanos, a escola possui no seu quadro de funcionários: um porteiro, uma diretora, uma vice-diretora, treze professores, duas coordenadoras pedagógicas, uma merendeira, uma copeira, e quatro faxineiras.

Referente à formação acadêmica dos professores, quase todos são graduados. Entre as áreas de formação estão a Matemática, Letras, História, Geografia e Pedagogia. Apenas um não é graduado, tendo somente o magistério.

Em se tratando de especializações, cursos de capacitações ou formação específica, na escola apenas o diretor, o vice-diretor e o coordenador da escola, são especializados em gestão educacional, portanto, os alunos com deficiência são encaminhados a um centro de atendimento especializado, o Núcleo de Atendimento de Educação Inclusiva de Carinhanha. Esses alunos recebem atendimento no turno oposto ao da escola, com psicopedagogos e fisioterapeuta, em uma sala lúdica, pois ambos não disponibilizam de salas de recursos multifuncionais.

Os sujeitos de pesquisas foram cinco, três professores do quinto ao oitavo ano do fundamental II, um coordenador, uma vice-diretora.

4.3 Procedimentos de construção de dados

Os dados foram construídos a partir da técnica de observação direta nos espaços escolares e do procedimento de entrevistas aos docentes.

Durante a observação direta, foram tomadas notas de campo, a partir das percepções da pesquisadora acerca do tema investigado. Buscou-se um olhar atento sobre as questões do dia-a-dia da escola que delineiam a atuação docente quanto à política de inclusão de alunos com deficiência, enfatizando-se a análise das ações, das falas, dos procedimentos de ensino e aprendizagem dirigidos a esse público em questão.

A entrevista semiestruturada ocorreu mediante o aceite dos sujeitos participantes da pesquisa em responder às questões que objetivam a coleta de dados de informações sobre a atuação dos professores, suas percepções acerca da educação inclusiva e sobre o processo de ensino e de aprendizagem de alunos com deficiência e suas relações. O roteiro de entrevista permitiu um encadeamento de ideias e uma organização estruturante para a pesquisadora, mas

por tratar-se de um procedimento interativo, houve espaço para que os sujeitos da pesquisa se posicionassem no diálogo de forma intencional e volitiva, para além das perguntas a eles dirigidas, permitindo uma riqueza de informações e aprofundamento das questões.

4.4 Procedimentos de análise de dados

A análise das informações buscou compreender a política de inclusão e sua efetividade em uma escola municipal de ensino fundamental, procurando refletir se os processos de ensino e de aprendizagem estão sendo eficazes para a construção dos conhecimentos de alunos com deficiência na referida escola.

Os dados foram coletados a partir de visitas e observações realizadas na instituição e do procedimento de entrevistas semiestruturadas, o que permitiu maior aproximação com os sujeitos de pesquisa, os quais demonstraram entusiasmo e envolvimento com a investigação, motivo que favoreceu bastante o pesquisador. A partir dos procedimentos de coleta de dados, o conjunto de informações recebeu uma análise qualitativa através do agrupamento de significações que a leitura dos protocolos de pesquisa forneceu.

As narrativas dos sujeitos de pesquisa foram transcritas e as mensagens revelaram aspectos comuns, destacados em repetições ou em semelhanças ou, ainda, dados distintos dos demais, possibilitando o agrupamento em quatro categorias organizadoras do material de análise, quais sejam: atendimento especializado; necessidades educacionais especiais: estrutura física, organização curricular e materiais didáticos; formação para subsidiar a prática pedagógica com alunos deficientes; inclusão como desafio.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não poderia deixar de mencionar o quanto essa pesquisa mexeu com o meu estado emocional. Por várias vezes, arrepiei-me no decorrer das entrevistas, e em alguns momentos da observação, emocionei-me com os alunos, pois estes me fizeram lembrar o tempo em que me sentia excluída da minha família, da sociedade em geral, vivenciando a mesma dificuldade que tive no início da minha trajetória. Lágrimas vieram em meus olhos: queria poder fazer alguma coisa por eles! Ao mesmo tempo, me senti tão pequena diante as iniciativas dos professores, tentando ser assertivos à força bruta, sem conhecimentos, sem

formação específica, contando apenas com a vontade de ajudar ao próximo à base do amor e da compreensão. A seguir, são apresentadas as categorias e as discussões empreendidas.

5.1 Atendimento especializado

De acordo com as narrativas dos sujeitos entrevistados, nota-se que não há um consenso de opiniões sobre um atendimento especializado adequado para alunos com necessidades especiais.

Do conjunto dos sujeitos entrevistados, apenas um considera que haja, em parte, um atendimento educacional adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

É o que nos revela a fala da professora J.M:

Em parte, eu diria 60 % recebem e 40% não, pois temos no ensino regular alguns professores sem formação, outros com formação apenas em disciplina e poucos pedagogos. Nenhuma educação depende só dos professores, ainda mais a educação inclusiva, precisando de muitos outros profissionais. Como por exemplo, cito o caso do meu aluno X. Ele é super inteligente, para ler e escrever, mas às vezes não consegue fazer as atividades, entre elas educação física, pois possui uma doença de nervos atrofiados. Ele, coitado, precisa de um acompanhamento diário de um fisioterapeuta, e somos conhecedores que a família não tem condição e o município só se disponibiliza de um fisioterapeuta para toda a população.

Depreende-se da narrativa a indicação de fatores como formação de professores e profissionais especializados para que o atendimento seja considerado adequado. Aponta-se a concepção de que o atendimento especializado adequado encontra-se mais na alçada de uma equipe multidisciplinar, externa, do que de profissionais da área educacional. Inclui-se nesta reflexão a pré-concepção de que a deficiência causa sentimento de pena, como revela a docente ao considerá-lo “coitado”.

Para os demais sujeitos participantes, os alunos deficientes “são inseridos em sala de aula, mas não recebem atendimento adequado, conforme suas peculiaridades” (excerto da entrevista da professora JC). A falta do atendimento em sala de recursos na própria escola e a ausência de materiais apropriados são outros indícios de que o atendimento não é adequado. Mencionam ainda a necessidade de professor especialista na área de inclusão a fim de dar suporte ao regente que já possui uma turma.

Torna-se visível a construção de que o atendimento especializado é algo almejado. Contudo, sua construção pela via docente, enquanto partícipe do processo de inclusão, quando ocorre dentro da sala de aula, conta com auxílio do coordenador da escola, através da implantação de um trabalho pedagógico diferenciado, explorando-se os conteúdos de acordo com o desenvolvimento de cada aluno, contudo com uso das mesmas atividades, conforme nos revela a professora ED.

Mediante essa análise, questiona-se como tem sido o processo de ensino aprendido para estes alunos, uma vez que o professor não se sente competente para lidar com as diversas frentes que envolvem a inclusão, sendo o processo de aprendizagem apenas uma delas, e que a oferta no município de Atendimento Educacional Especializado, em salas de recursos, não atinge a totalidade dos alunos, sendo realizada fora da instituição de ensino.

Facion (2009) afirma que:

Nesse sentido, torna-se pertinente investigarmos como tem sido o processo de escolarização do aluno com necessidade especial no que se refere ao acesso ao ensino regular, à permanência na escola, bem como à natureza dos serviços educacionais oferecidos, para então, a partir daí, pensar em que medida se tem promovido a ampliação efetiva de oportunidades educacionais de qualidade para as pessoas com necessidades educacionais, como responsabilidade da escola pública e no contexto de amplas reformas educacionais no país (p. 59).

Na perspectiva da inclusão, o Atendimento Educacional Especializado, a ser realizado pelos profissionais da sala de recursos, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001), não deve ter como foco as limitações e dificuldades dos estudantes, nem mesmo ocorrer de forma descontextualizada da sala de aula comum, a fim de possibilitar a articulação entre os demais seguimentos escolares. Esse atendimento tem como função identificar recursos pedagógicos e de acessibilidade que propiciem a plena participação dos estudantes, levando-se em conta suas especificidades.

Contudo, essa prática não é excludente e nem substituta da função educativa do professor regente, que deve promover em sua sala de aula comum, lugar natural do processo de ensino e de aprendizagem, um atendimento diferenciado ao aluno com demandas especiais. Observa-se que os alunos deficientes estão inseridos na instituição, porém muito ainda lhes é negado, e falta bastante a ser conquistado para que recebam um atendimento que se possa considerar como adequado às suas necessidades e, portanto, ser nomeado de especializado.

5.2 Necessidades educacionais especiais: estrutura física, materiais didáticos e organização curricular.

Fazendo uma reflexão quanto à estrutura física adaptada, materiais didáticos e organização curricular existentes na instituição, nota-se que a maioria dos entrevistados afirma que a escola esta apta para receber alunos em situação de deficiência, porém apresentam ressalvas a essa condição.

Percebe se que o processo de inclusão caminha a passos lentos, pois não possui na grade curricular uma adequação que respeite o pluralismo e as limitações físicas dos alunos com deficiência. Essas deixas são visíveis, desde a falta de preparo profissional, material didático, estrutura física na instituição, o que explicita a deficiência na acolhida desses alunos para a inserção inclusiva.

Quanto à estrutura física adaptada ao livre acesso as narrativas revelam:

É adequada, porém falta muita coisa, sendo adaptada só para cadeirantes. (Professora M.A)

Sim. O acesso ainda é pouco, é necessário adaptar a escola, em relação a informações a outros tipos de deficiência, por enquanto só é acessível a cadeirantes (Professora M.S)

Na escola existem apenas algumas rampas, nos banheiros foram alteradas as aberturas da portas para os cadeirantes terem acesso, entretanto, não possuem vasos adaptados e muito menos corre mão nas paredes. Antigamente aqui funcionava a extensão do Núcleo de Atendimento de Educação Inclusiva de Carinhonha - NAEIC, mas as salas não possuíam materiais e nem móveis diferenciados, a não ser uma sala lúdica super enfeitada, chamando a atenção de todos que ali passavam por conta dos seus coloridos. (Professora E.D)

Os relatos sinalizam que há alguns materiais didático-pedagógicos na instituição, mas que não são suficientes para suprir as necessidades e peculiaridades dos estudantes com deficiência.

Não temos o alfabeto Brille, temos apenas um pouco de material lúdico. (Professora M.S)

No meu conhecimento existem apenas alguns jogos educativos e material educativo. Penso ser pouco diante das necessidades dos alunos. (Professora M.A)

Específico não, pois não tem sala de recursos e aqui só em materiais comuns, como alfabeto móvel, baralhos, quebra-cabeças. (Professora E.D)

Falam pra gente que aqui tem material lúdico, bastante jogos, mas eu mesma não tenho conhecimento dos mesmos. A minha preocupação é adaptação das atividades, pois não sei o que fazer para auxiliar esses alunos. (Professora J.C)

A organização curricular é outro ponto de ressalvas e de descompasso no interior da instituição. Para alguns, ela possibilita o uso de estratégias diferenciadas que contribuem com o processo de ensino e de aprendizagem.

Sim, como exemplo eu trago a sala de aula de uma professora, pois separamos alguns dos alunos com deficiências e montamos uma sala de aula contendo alunos do sexto, sétimo e oitavo ano do ensino fundamental II e todos com deficiência e ela faz um trabalho diferenciado, buscando atender a necessidade individual de cada um. Faz dois anos que ela esta com a turma. Os alunos, os professores e os pais dos alunos tem gostado muito. Sabemos que esta surtindo efeito. (Professora M.S)

Em meio às ações que foram destacadas pelos participantes podemos apontar a adequação organizativa que envolve o agrupamento de estudantes, a organização didática, a organização temporal, dos procedimentos e materiais didáticos, dos objetivos e conteúdos, e ainda dos processos avaliativos. Os professores estão criando várias estratégias para lidar com os desafios da inclusão. No entanto, precisamos refletir sobre elas. O corpo docente precisa ficar atento para que a ação de reagrupamento de alunos com deficiência, por exemplo, não se torne uma prática segregatória e excludente, bem como, permanente. A avaliação dessas adequações organizativas no interior da escola deve servir para reflexão: *essas ações condizem com a perspectiva inclusiva de promoção da interação entre os alunos (deficientes e não) no mesmo espaço? Essas ações envolvem também a reorganização didática dos procedimentos e instrumentos, bem como dos objetivos e da avaliação do desenvolvimento?*

Em partes. Eu, por exemplo, uso metodologias e estratégias diferenciadas. Desenvolvo três atividades para eles em cima do mesmo tema, avaliando os de acordo suas limitações. Posso explorar deles apenas o que eles podem me oferecer. Mas em dois anos que estou com eles, os mesmos já se desenvolveram bastante. (Professora J.M)

Dentre os questionamentos uma participante da pesquisa afirma que houve na elaboração do Projeto Político Pedagógico a inclusão de estratégias que subsidiam as particularidades dos alunos com deficiência, entretanto este fato ocorreu apenas no campo teórico, pois na prática diária, mencionou: “- Falta tempo!”

Asseguro que na criação do Projeto Político Pedagógico foram mencionados estratégias diferenciadas na grade curricular, só que na realidade não acontece no

cotidiano, deixando muito a desejar, pois é uma verdadeira correria para dar conta dos conteúdos e avaliação das disciplinas. (Professora E.D)

E ainda, mesmo com o referendo do Projeto Político Pedagógico, não são utilizadas estratégias diferenciadas na inclusão, como nos revela a Professora M.A:

Não, por que o professor não usa os recursos pedagógicos, só quadro e giz.

Por fim, há também a percepção de que neste estabelecimento educacional a organização curricular não atende ao desenvolvimento das aprendizagens escolares dos estudantes.

O currículo não se adequa a realidade dos alunos com deficiências, o que temos é voltado para o ensino regular e nem assim atende, pois esta escola possui um grande numero de alunos de zona rural e as atividades não são elaboradas de acordo com a sua realidade, quanto mais para a realidade de alunos com deficiências. (Professora J.C)

Como retrata Facion (2009):

Dessa forma, não é o aluno que deve adaptar-se a escola, mas, sim, é esta que deve tornar-se um espaço inclusivo, a fim de cumprir seu papel social e pedagógico na busca pela educação na diversidade. A educação inclusiva desafia as formas de exclusão e de discriminação, independentemente de ter se originado como resposta da sociedade à deficiência, ao gênero ou à raça, à pobreza ou à desvantagem social. É isso que a diferencia da educação das necessidades especiais tal como era trabalhada no final do último milênio (p. 118).

Conclui-se, frente aos dados, que ainda há muito que se fazer para a efetivação da política de inclusão educacional de pessoas com deficiência na instituição. Nem a instituição, nem os profissionais estão aptos para atender essa demanda.

5.3 Formação para subsidiar a prática pedagógica com alunos deficientes

Devemos considerar o quão significativo se apresenta aos sujeitos da pesquisa a relação entre a formação docente e a prática pedagógica desenvolvida com os alunos em situação de deficiência no campo de pesquisa.

Pela análise dos dados, em geral os sujeitos participantes não sentem que sua formação subsidia sua prática educativa como professores da educação inclusiva. Avaliam que a equipe

pedagógica necessita ampliar seus conhecimentos acerca da Educação Especial a fim de apoiar os docentes em sua tarefa e acolher os alunos e suas famílias.

Não, não tenho uma formação que me subsidia teoricamente, o que faço mesmo é adquirido na prática, com experiências de vida e em sala de aula, não me sinto preparada para trabalhar com esse público, infelizmente como funcionários públicos do Município não temos o direito de escolher nossas salas de aula. Certa vez o secretário de educação me lotou em uma instituição que só havia alunos com necessidades especiais, eu sofri muito, muitas vezes chorei angustiada, pois não sabia o que fazer. (Professora J.C)

De acordo a professora E.D,

Busco aperfeiçoar meus conhecimentos em leituras, jornais, revistas, sites sobre dificuldades de aprendizagem e indisciplinas, visando auxílio de autores da área. Sei que não existe uma receita pronta, cada dificuldade exige uma metodologia e uma estratégia diferenciada. Tem horas em que o professor tem que se tornar em 10 ao mesmo tempo para dar conta do recado. E ao final, fico insatisfeita com o aproveitamento e o rendimento dos alunos.

A entrevistada M.S apresenta o modo de ampliar sua base de conhecimentos para lidar com os alunos deficientes:

Buscar a interação com a família e conhecimentos na área de inclusão é a melhor maneira.

Nota-se no argumento da professora E.D que há uma preocupação em transmitir conhecimentos para esses alunos. A docente menciona que “não há uma receita pronta”, criando várias estratégias na tentativa de ser assertiva quanto ao aprendizado dos alunos, entretanto ao encerrar sua fala nos passa uma insegurança, afirmando sua insatisfação com os resultados alcançados, pela qual a entrevistada alude as suas inquietações ao final do dia sobre a sua prática docente, postulando uma concepção de que a educação se dá por transmissão e o aluno é que não aprende.

A professora M.S confirma que a melhor maneira de auxiliá-los, tanto docentes como discentes, é através da interação com a família, pois segundo esta profissional a família está distante da instituição escolar, e mesmo quando a escola faz algo pelo o aluno, a família não consegue seguir adiante. Assim supõe que o casamento entre escola e família seria perfeito.

Ressaltamos que trazer a família para essa vivência educativa contribuirá para a efetivação das ações de ensino aprendizagem, em que tal prática é absorvida mediante os conhecimentos de vínculos familiares e socioculturais.

Segundo Romonoswski,

Analisar as histórias de vida em que os indivíduos se aperfeiçoam, contextualizam o presente e situam os acontecimentos ao longo do desenvolvimento profissional contribui para a consciência de si. Isso explica porque fazemos o que fazemos, oferece uma oportunidade de reapreciação, sugere possibilidades de mudanças e revela as tendências das práticas adotadas que temporariamente estavam submersas, isto é, pareciam esquecidas e de repente são lembradas e colocadas em ação. (ROMANOWSKI, 2007, P, 162)

Em consonância com Romonosvick, percebe-se o quanto o reflexo nos acontecimentos de vida é importante para a avaliação do desempenho profissional.

Em partes, mas eu tenho um irmão esquizofrênico que cuida em casa, então tenho facilidade em lidar devido buscar conhecimentos para auxiliar meu irmão, trago minha experiência de vida pra sala de aula, pois não tenho nenhuma formação específica na área de inclusão. (Professora J.M)

Assinalamos que mesmo diante de uma proposição positiva acerca da formação inicial, a formação continuada é fator decisivo para a prática pedagógica inclusiva.

Com certeza, minha formação me auxilia bastante, mas a aprendizagem é contínua e precisamos sempre renová-la. (Professora M.S)

5.4 Inclusão como desafio

Falar de inclusão é fácil! Difícil é implantar a política de inclusão por conta dos preconceitos e da discriminação. É duro vivenciar na prática essa realidade. (Professora M.S)

Nessa discussão sobre a inclusão, os participantes abordaram as dificuldades que enfrentam na vivência diária com a educação de alunos com deficiência. As mazelas perpassam a já discutida falta de capacitação, quer seja pela defasagem da formação inicial ou pela ausência de formação continuada; o quantitativo de alunos em sala; a carência de materiais didáticos de apoio; a insuficiência de apoio do corpo pedagógico; como também a falta de conhecimentos sobre as especificidades e as características da deficiência.

Evidenciaram, igualmente, que para que haja a promoção de uma educação inclusiva de qualidade é imprescindível a qualificação dos profissionais da educação; o fortalecimento da relação família-escola; a rede de apoio de profissionais especializados dando suporte aos profissionais da escola e à família; e a efetivação de políticas públicas.

Assim nos aponta o relato da pesquisada M.S:

Com certeza, a sociedade precisa aceitar o diferente, o governo precisa ampliar as escolas, garantir a formação de professores especializados na área de inclusão. Dessa forma serão garantido os direitos das crianças com deficiência.

Bem como o da pesquisada J. C ao se reportar ao é que preciso fazer:

Encarar com seriedade, pois apesar de se terem políticas voltadas para a inclusão, ainda não estão sendo atuadas, ficam apenas no papel.

E, acerca de como a sociedade e os governos podem contribuir para que os direitos das pessoas com necessidades especiais sejam garantidos, afirma:

Fazer valer a Constituição, já é um bom começo.

Dentre os vários questionamentos levantados evidencia-se que há falta de preparo do corpo institucional para o acontecimento da política de inclusão, bem como há falta de formação docente, o que os conduz a uma prática fechada, culpabilizadora da sociedade. Sociedade esta que, segundo os docentes, precisa aceitar o diferente. E a educação, como prática social, torna-se ferramenta indispensável para a mudança dos conceitos da sociedade.

Como diz o saudoso Nelson Mandela “a educação é arma mais poderosa para mudar o mundo” e que os desafios existem para serem superados, aprendendo e respeitando o aluno como cidadão de direitos, dando subsídios e ofertando um ensino de qualidade para que estes possam exercer sua cidadania plena.

Freire afirma que:

Como prática estritamente humana, jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos, devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista. Nem tão pouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual (FREIRE, 1998, P, 164-165).

Os desafios da inclusão educacional são permeados de acertos e desacertos, pois se trata de uma tarefa humana, que jamais pode perder a sua essência. Nesse caminhar não se pode esquecer que há ali um ser pensante, dotado de conhecimentos e habilidades, necessitando ser trabalhado mediante sua particularidade. Ressaltar ainda que a educação pode ser um mecanismo de transformação social, pois a escola é o espaço no qual se efetiva a

política educacional e, por conseguinte, precisa romper paradigmas que rotulam esses indivíduos, visando atendê-los em espaços dignos e com qualidade.

Espera-se que, a partir do momento em que a comunidade escolar unir forças, a política de inclusão será efetivada de fato e a escola será um espaço novamente prazeroso, proporcionando material humano qualificado para realizar projetos pedagógicos que atendam em sua essência aos alunos com necessidades educacionais especiais, envolvendo os alunos, familiares e a sociedade em geral, numa verdadeira inclusão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Limita-se aqui, a aquisição dos resultados contraídos nessa pesquisa, a qual teve como finalidade analisar a atuação dos professores mediante as propostas de inclusão para alunos com deficiência em uma escola do ensino fundamental municipalizada em Carinhanha-BA. Presume-se que os achados oferecidos por esta investigação possam ser importantes para transformar o ambiente escolar e, conseqüentemente, contribuir com avanços sociais.

Relativamente à proposição de oferta de atendimento especializado adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais ressalta-se que este ainda encontra-se em fase inicial na instituição, *engatinhando*, pois os professores possuem como foco as limitações dos educandos, lugar que deveria ser ocupado pelas potencialidades, a partir da avaliação docente das possibilidades dos alunos. Tal situação, de certa forma, acaba por excluir esses alunos.

Observa-se que apesar de alguns avanços e conquistas mencionadas pelos sujeitos participantes, verifica-se, através dos depoimentos dos professores entrevistados, que a escola trabalha sob a premissa da integração, deixando a inclusão há passos lentos de serem efetivados. Fora constatado que a oferta de ensino e aprendizagem tem sido realizada de forma equivocada relativamente ao que se propõe na política de inclusão. Cabe ressaltar, que a instituição se encontra em defasagem, em se tratando de estrutura física, organização do trabalho pedagógico, bem como de profissionais capacitados, para o acolhimento aos alunos com deficiência.

É fato que a educação não se constrói sozinha e depende de muitos fatores envolvidos neste contexto. Contudo, vê-se nas falas dos professores que os mesmos ainda não conseguem se desprender da deficiência dos alunos, e sentem-se inabilitados a lidar com suas defasagens,

eximindo-se do contexto inclusivo. Assim, não podemos deixar de mencionar o desencantamento dos docentes, sendo estes conhecedores que sozinhos não conseguem fazer a diferença na vida destes alunos, contando somente com sua experiência de vida e profissional. Os docentes entendem que necessitam de um *outro profissional* para lidar com estas crianças. Contudo, precisam compreender que o “outro profissional”, especializado, irá subsidiar os procedimentos pedagógicos a serem desenvolvidos no processo de aprendizagem pelo educador, tornando a prática de ensino inclusiva e acessível a estes alunos, ao contrário de assumir o lugar do regente.

Mediante esta análise, avalia-se a insatisfação dos professores na instituição. Aponta-se que a angústia dos profissionais na tentativa de fazerem algo, como uma sala “apenas para alunos com deficiência”, demonstra o quanto esses profissionais necessitam de apoio. Os docentes reconhecem a dificuldade de exercerem sua função nessa escola, uma vez que aos mesmos não foram dadas opções de escolhas para atuarem com pessoas com deficiência, sabendo-se que para executar esta tarefa é necessário que haja posicionamento pessoal, acolhimento com o outro e compromisso com a prática educativa.

Deste modo, compreende-se que há um longo caminho a ser percorrido para a efetivação de um atendimento especializado adequado nesta instituição, sendo a formação dos professores a peça fundamental para o desencadeamento dessa ação, pois as necessidades educacionais especiais dos alunos em situação de deficiência ainda não são definidas pela gestão escolar e nem pelo corpo pedagógico como um ponto de mobilização institucional, o qual perpassaria o tratamento curricular, a acessibilidade física e pedagógica, para que estas necessidades sejam realmente aceitas e respeitadas.

A busca pela formação que subsidie as práticas pedagógicas docentes e o processo de construção de conhecimento da pessoa com deficiência, queixa basilar das dificuldades evidenciadas numa educação sob a perspectiva inclusiva, deve ser o pressuposto inicial dessas mudanças na postura profissional, uma vez que esses docentes atuam sem formação específica.

A educação inclusiva pressupõe o convívio com as diferenças, sem discriminações, sem segregação de espaços e prima pelo exercício da cidadania. Imprime a ideia de que os alunos com necessidades especiais sejam inseridos no ensino regular justamente para conviver com os demais integrantes da escola. Assim sendo, averiguou-se que o corpo institucional

necessita buscar alternativas que estimulem a equipe profissional a refletir sobre suas concepções acerca da educação inclusiva, compreendendo-a como um construto social, cuja proposição é a de junção e não separação, pela qual todos integrantes da comunidade escolar devam lutar.

Os desafios da implementação de uma política de inclusão perpassam, enfim, certos desdobramentos tais como a falta de capacitação dos docentes, a ausência de recursos didático-pedagógicos, a infraestrutura institucional, a aproximação com as famílias, entre outros. Nessa perspectiva, aponta-se a emergência de ações que alcancem a efetivação dos direitos dos alunos com deficiência, para que se consolide de fato a oferta do ensino e aprendizagem de qualidade. Tornam-se necessárias medidas que envolvam a capacitação de profissionais, a realização de debates na instituição educativa, a promoção de ambientes favoráveis ao ensino aprendizagem, contemplando a plena acessibilidade física e pedagógica, desde a adequação dos espaços, a disponibilização de materiais de apoio, a reorganização curricular e a profissionalização docente. Dessa forma, as problemáticas irão se destacando no decorrer da jornada, provocando nos docentes inquietações sobre o trabalho desenvolvido e desencadearão propostas que gerem o desenvolvimento profissional para atuarem cada vez melhor nos processos de ensino aprendizagem, objetivando-se o acolhimento necessário a todos que integram o plano inclusivo, a fim de que possam sentir desejo em estar na escola, valorizando-a como meio de viabilizar o propósito de uma verdadeira inclusão.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e praticas**. Coor. - São Paulo: Summus, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN** (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2**. Brasília, set. 2001.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. > Acesso em: 02 fev 2015.
- FACION. J. R. **Inclusão Escolar e suas implicações** / José Raimundo Facion, organizador: Carmen Lúcia Guimarães de Mattos. 2ª ed.rev.e atual - Curitiba: IBEPEX, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura) p. 148.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. (Orgs.). **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11-53.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set/dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2014).
- PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão; um guia para o aprimoramento da equipe escolar**/ José Pacheco...[et al.]. Porto Alegre: ARTMEDE, 2007.
- ROMANOWSKI, J. P. **Formação e Profissionalização docente**. 3. Ed.rev. e atual - Curitiba: IBPEX, 2007.
- SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. In: **Carta Fundamental**. Editora Confiança, LTDA, agosto de 2013.

APÊNDICE - A

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

Polo educacional: Dona Carmen/Carinhanha

Orientadora: Sandra Mary Gonçalves Prazeres

Aluna: Dalvanice Santana Ribeiro

INSTRUMENTO: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado(a) professor(a),

Obrigada pela sua participação nesta pesquisa.

Solicito que responda às questões a partir de sua realidade profissional, emitindo suas opiniões e concepções acerca de sua formação e prática pedagógica.

Nome:

Formação/ escolarização:

Tempo no magistério:

Estabelecimento de atuação:

Tempo de atuação/experiência com alunos com necessidades educacionais especiais:

Cursos na área de Ensino Especial:

Considerando a atual política de educação inclusiva e refletindo sobre sua atuação na instituição de ensino, você avalia que:

1. As pessoas com necessidades educacionais especiais recebem atendimento adequado, conforme suas peculiaridades?

2. No âmbito da escola, as estruturas físicas são adaptadas conforme as necessidades de alunos com deficiência, permitindo livre acesso a todos?
3. A equipe pedagógica está preparada para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais e para apoiá-lo (a)?
4. A escola possui materiais didáticos pedagógicos que atendem às necessidades dos alunos com deficiência?
5. A organização curricular possibilita uso de estratégias diferenciadas que contribuam com o processo de ensino e de aprendizagem?
6. Sua formação subsidia sua prática pedagógica com alunos deficientes?

- Diante do exposto:

7. Quais as maiores dificuldades enfrentadas por você na vivência diária da inclusão?
8. Como busca ampliar sua base de conhecimentos para atuar com alunos em situação de deficiência?
9. Que condutas educativas você efetiva na busca de promover aquisições escolares ao seu aluno com deficiência?
10. O que é preciso para que haja a promoção de uma educação inclusiva de qualidade?
11. A sociedade e os governos podem contribuir de alguma maneira para que os direitos das pessoas com necessidades especiais sejam garantidos?
12. Suas considerações finais a respeito da docência na perspectiva da inclusão:

ANEXOS

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que

está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização
 de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento
 _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com
 _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de
 _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em
 _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela
 instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da
 instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar
 dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal
 segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____